

A RELEVÂNCIA DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO BRASIL

Fábio Reis

Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo, professor do UNISAL, diretor de Inovação Acadêmica e Redes de Cooperação do SEMESP. Autor do livro Perspectivas da Gestão Universitária.

fabio@semesp.org.br

Rodrigo Capelato

Economista formado (USP), especialista em Gestão da Tecnologia da Informação pela USP. Diretor Executivo do SEMESP Autor das publicações como Mapa do Ensino Superior no Brasil e Perfil do Aluno de Iniciação Científica no Brasil.

rodrigo@semesp.org.br

O sistema de educação superior do país reúne atualmente um total de 2.368 instituições de educação superior (IES) das quais 2.070 são privadas e 298, públicas, que mantêm 7,3 milhões de alunos matriculados em aproximadamente 33 mil cursos presenciais e a distância. O mercado de trabalho brasileiro demanda, cada vez mais, profissionais gabaritados e com formação superior, para atender às crescentes exigências de um país que vive incertezas políticas e econômicas, mas que possui potencial de crescimento econômico.

A cada ano, um contingente de 3,1 milhões de novos estudantes ingressa no ensino superior. O setor emprega mais de 811 mil profissionais, dos quais 397 mil são docentes e 414 mil exercem funções técnico-administrativas. Com um faturamento expressivo, que totalizou aproximadamente 14 bilhões de dólares, em 2014, a participação apenas do ensino superior privado na economia brasileira, por exemplo, representa 1% do PIB do país.

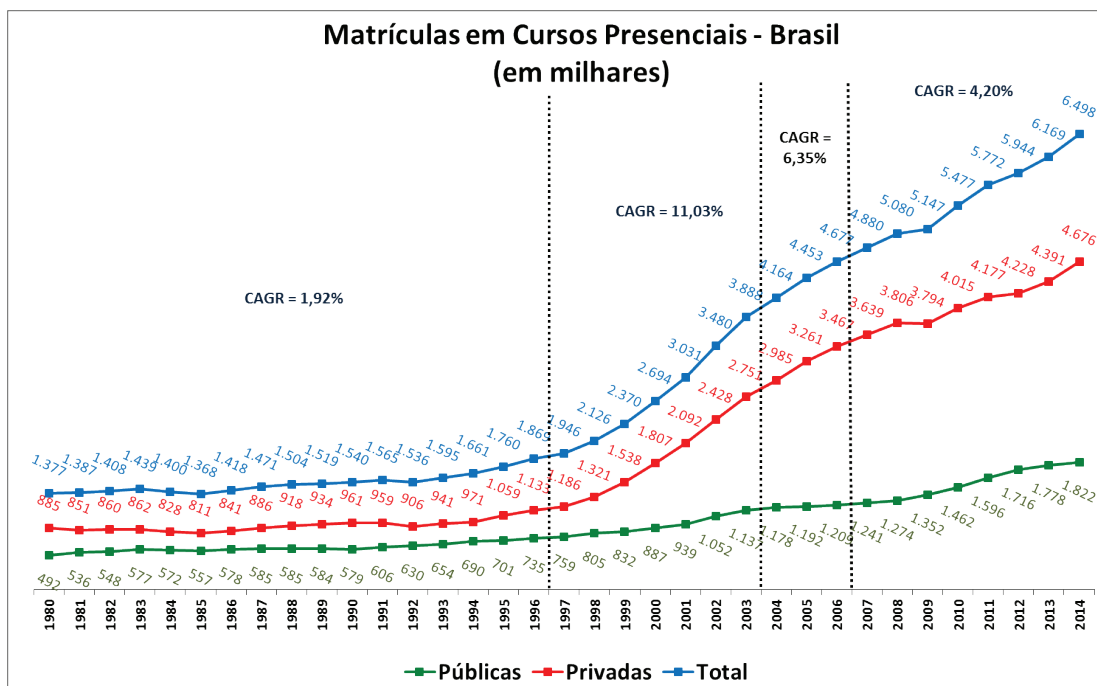
Há no Brasil, um avanço do mercado educacional. As companhias educacionais de capital aberto representam uma fatia considerável do mercado educacional. A Kro-

ton Educacional SA possui aproximadamente 1 milhão de estudantes e deve chegar a 1,5 milhões com a fusão, já aprovada, com a Estácio de Sá SA. As 10 maiores companhias educacionais detêm mais de 40% do total de matrículas no ensino superior privado, demonstrando um claro processo de concentração das matrículas.

Ensino superior privado: dinâmica, financiamento e regulamentação

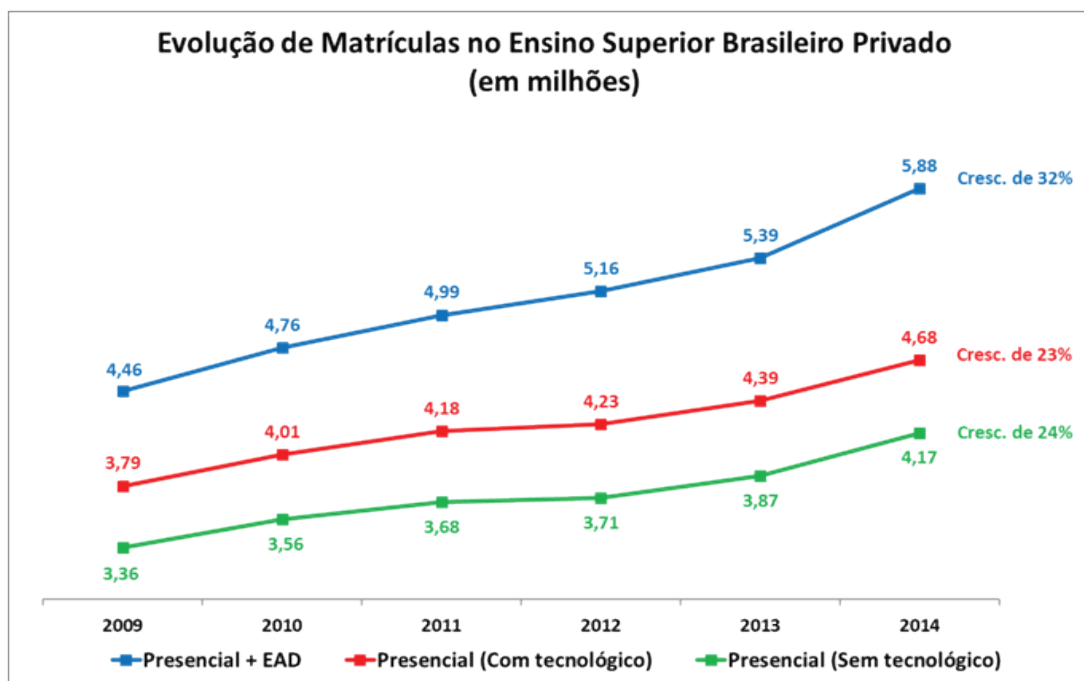
Até meados da década de 1990, o crescimento no número de alunos matriculados foi baixo. A partir de 1997, teve início um processo de expansão estimulado pelo governo e realizado pela iniciativa privada. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/1996) foi essencial para viabilizar o crescimento médio anual, que era inferior a 2% ao ano e passou a mais de 11%.

De uma forma contraditória, o aumento da burocracia da legislação educacional contribuiu para que no início do século XXI tivéssemos uma redução do crescimento das matrículas, que ficou abaixo de 6,5% ao ano, entre 2004 a 2007, e próximo a 4,2% ao ano, entre 2007 a 2014.



O crescimento do número de matrículas em cursos presenciais e cursos EAD das instituições privadas, no período de 2009 a 2014, ficou em 32%. Para medir o

crescimento, foi utilizado o Compound Annual Growth Rate (GAGR) ou Taxa de Retorno Uniformizada, que mede a taxa anual composta.



Em 2014, na rede privada, o número de alunos matriculados em cursos presenciais chegou a 4,68 milhões, crescimento de 23% em relação a 2009. Nos cursos a distância, o número de alunos ficou em 1,2 milhão, com crescimento de 80% no mesmo período.

Em relação à faixa etária, no ensino presencial prevalecem alunos com até 24 anos. No ano de 2014, as IES privadas registraram um total de 2,5 milhões de alunos matriculados nesta faixa, sendo 1 milhão do sexo masculino e 1,5 milhão do sexo feminino. No EAD, predomina a idade de 25 a 40 anos, com 695 mil alunos, sendo 240 mil homens e 455 mil mulheres.

O EAD é uma solução para a ampliação do acesso. Há mais de 38 milhões de estudantes no ensino médio, que não conseguem ingressar no ensino superior. Todavia, é preciso melhorar a qualidade da oferta do EAD no Brasil.

“ Juntas, as instituições privadas geram mais de 437 mil empregos diretos, dos quais 225 mil são para professores ”

Atualmente, 75% de todo o contingente de alunos do ensino superior no Brasil cursam em uma das 2.070 IES privadas do país, que são responsáveis pela formação de mais de 788 mil novos profissionais a cada ano. Juntas, as instituições privadas geram mais de 437 mil empregos diretos, dos quais 225 mil são para professores. O faturamento de R\$ 46 bilhões do segmento privado permite a geração de uma massa salarial da ordem de R\$ 21 bilhões, além de uma renda indireta anual estimada em mais R\$ 1,9 bilhão. Esses números refletem a contribuição do setor privado para o Brasil.

Há dois Programas instituídos pelo Ministério da Educação (MEC) que contribuíram para o aumento do acesso ao ensino superior. A Lei nº 10.260/2001 instituiu o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Su-

perior (FIES), programa de financiamento destinado a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores e com avaliação considerada positiva pelo MEC.

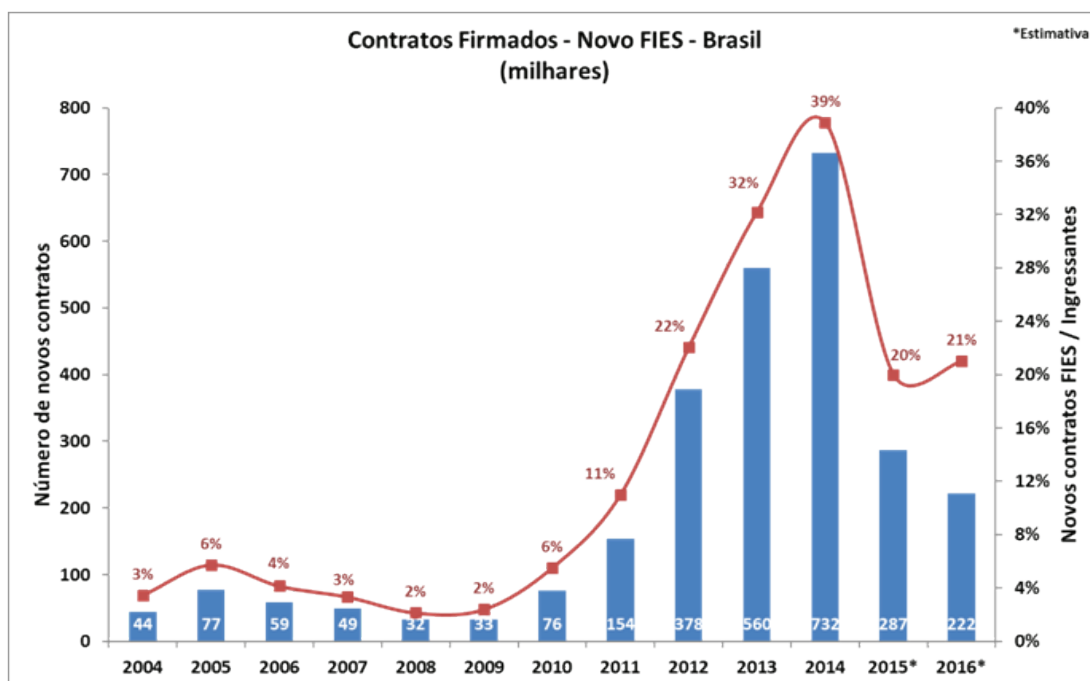
O Programa Universidade para Todos (PROUNI), instituído pela Lei nº 11.096/2005 é destinado especialmente aos estudantes da rede pública. O programa constitui-se na isenção fiscal para as IES privadas em troca de bolsas de estudo parciais e integrais para alunos das camadas mais pobres da sociedade. Por meio do PROUNI, já foram concedidas mais de 2,8 milhões de bolsas de estudos desde 2005.

O FIES foi remodelado em 2010 com redução das taxas de juros de 9% ao ano para 3,4% e a ampliação do prazo de carência para início do pagamento de 6 meses para 18 meses.

A partir de 2010, com o novo FIES, o ensino superior privado passou a vivenciar um novo ciclo de crescimento. Foram 76 mil novos contratos firmados, representando um crescimento de 132% em relação à 2009. Em 2014, foram firmados 732 mil novos contratos, crescimento de 861% em relação a 2010. Em 2015, houve uma queda de 61% nos contratos quando comparado a 2014, chegando a 287 mil jovens estudando no ensino superior por meio do FIES.

A crise econômica e política de 2015 fez com que o governo cortasse mais de 70% das vagas do FIES, causando graves consequências para a expansão do ensino superior do brasileiro. O FIES garante o ingresso no ensino superior de pessoas que possuem baixa renda e que dificilmente teriam condições econômicas de estudar, sem financiamento.

“ A partir de 2010, com o novo FIES, o ensino superior privado passou a vivenciar um novo ciclo de crescimento ”



Em 2009 apenas 3% dos ingressantes no ensino superior privado tinham FIES; em 2014, esse índice chegou a quase 40%. Já em 2016, a estimativa mostra que apenas 21% dos ingressantes utilizam o FIES.

Assim, diante desse cenário contraditório, o número de estudantes com acesso à educação superior ainda representa apenas 17% do total de jovens de 18 a 24 anos da população brasileira.

Considerações finais

O setor da iniciativa privada do Brasil representa 75% das matrículas. É um setor diversificado, com instituições com perfis, tamanhos e resultados acadêmicos diferentes. Há uma tendência de concentração das matrículas em função das empresas educacionais de capital aberto. De modo geral, é preciso investir na qualidade acadêmica e na melhoria dos serviços educacionais.

Apesar do crescimento das matrículas via FIES, as projeções mostram um cenário ainda distante das metas do Plano Nacional de Educação (2014 a 2024). A meta 12 indica que é preciso elevar a taxa bruta de escolarização no ensino superior para 50% e a taxa de escolarização líquida para 33%.

O Brasil deixará de ser um país em desenvolvimento e passará a ocupar um lugar relevante no cenário mundial, quando conseguir ter um sistema educacional eficiente.

É recomendável que o MEC, compreenda que o setor privado representa um agente estratégico no crescimento econômico. A cooperação é necessária para que o país possa ter políticas públicas que permitam a competitividade e a desburocratização.